



Apoio à INDUSTRIALIZAÇÃO

Mapeamento indica frigoríficos inspecionados que trabalham com carnes de ovinos e caprinos no País

Denise Saueressig
denise@revistaag.com.br



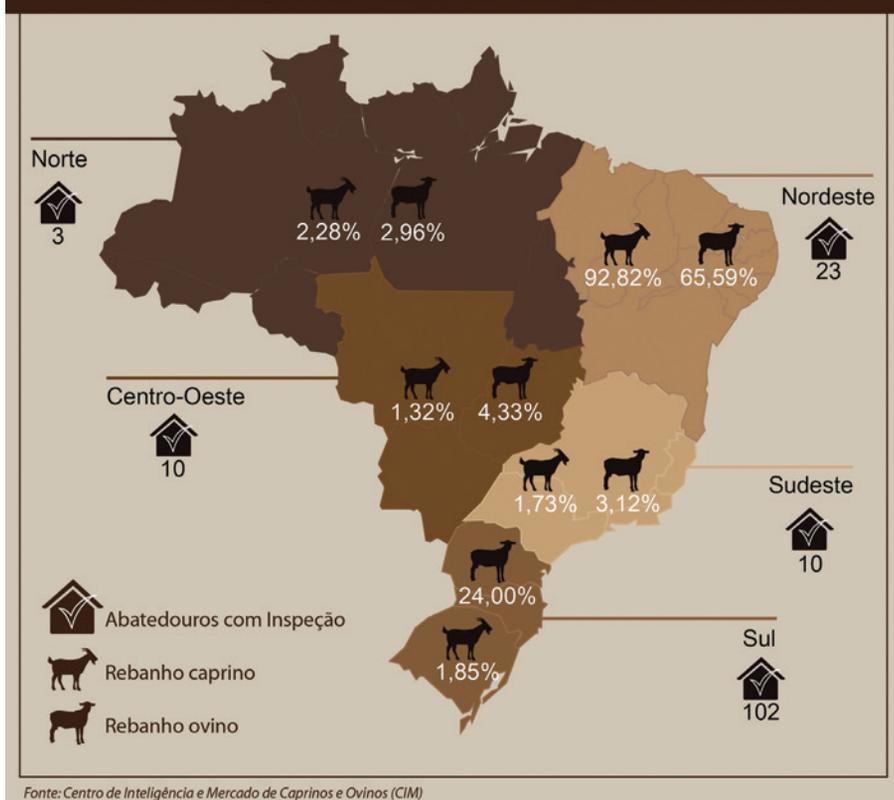
Os criadores de ovinos e caprinos podem acessar na internet, em um único repositório, informações sobre frigoríficos que trabalham com as duas espécies em todas as regiões do Brasil. Por meio de um levantamento inédito, a equipe do Centro de Inteligência e Mercado de Caprinos e Ovinos (CIM) buscou

identificar as unidades industriais em operação com inspeção municipal, estadual e federal.

A demanda partiu de representantes da cadeia. O engenheiro-agrônomo Zenildo Holanda, analista na Área de Transferência de Tecnologia da Embrapa Caprinos e Ovinos, conta que foi uma produ-

tora do Mato Grosso do Sul quem sugeriu um estudo desse tipo durante a IX Semana da Caprinocultura e da Ovinocultura Brasileiras (Secob), evento realizado em setembro do ano passado, em Sobral/CE. “Entendemos que é um instrumento facilitador que interessa aos diferentes agentes do setor. É um

Abatedouros de ovinos e caprinos com inspeção e distribuição dos rebanhos nas regiões do Brasil



processo inicial, modesto, mas importante”, observa.

O trabalho se iniciou com a relação de unidades industriais registradas no Ministério da Agricultura e teve sequência com a pesquisa junto aos órgãos de defesa agropecuária nos estados e no Distrito Federal. No total, foram identificados 148 estabelecimentos com funcionamento autorizado. O mapeamento, com os nomes e endereços, está disponível na página do CIM, que é coordenado pela Embrapa Caprinos e Ovinos: <https://www.embrapa.br/cim-inteligencia-e-mercado-de-caprinos-e-ovinos>.

A lista dos abatedouros, assim como as informações referentes a cada um deles, será atualizada periodicamente, explica Holanda. “Estamos em contato frequente com os representantes dessas indústrias, com os serviços de inspeção e com os demais parceiros que nos auxiliaram na elaboração

do levantamento”, relata. Segundo o analista, durante a pesquisa, entre novembro de 2018 e junho de 2019, a equipe do CIM contou com a ajuda de cooperativas, diferentes unidades da Embrapa, Associação Brasileira de Criadores de Ovinos (Arco) e Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado do Rio Grande do Sul (Sicadergs).

Ferramenta para políticas públicas

Além de aproximar criadores e indústrias, a informação sobre os abatedouros permite a análise de custos e viabilidade da entrega para abate considerando a distância a ser percorrida para o transporte dos animais. O mapeamento ainda pode ajudar a direcionar medidas de políticas públicas para o setor, que enfrenta na informalidade um dos seus principais gargalos. “Atuar pela industrialização inspecionada é também um esforço pela qualidade da carne e pela segurança sanitária

e ambiental do processo”, ressalta Holanda.

O especialista reconhece que o desafio é importante, considerando as dimensões do Brasil e as diferentes realidades encontradas nas regiões. “Ao mesmo tempo em que há uma grande falta de estrutura, com bancas que vendem carne nas ruas em municípios pelo interior do País, também há iniciativas de industrialização em muitos polos produtores. Em alguns casos, há demora na liberação da documentação necessária para o funcionamento de novas unidades”, aponta o analista.

Ainda que existam abatedouros em todas as regiões, os dados do levantamento demonstram que as estruturas estão mal distribuídas em comparação com a concentração de rebanhos nos estados, fato que colabora para os altos índices de informalidade. No Nordeste, onde se encontram mais de 90% do efetivo caprino e 65% do plantel ovino, também estão apenas 15,5% dos 148 frigoríficos relacionados. Relação inversa é percebida no Sul. A região concentra 24% do rebanho ovino e apenas 1,85% dos caprinos. No entanto, reúne quase 70% das unidades industriais, totalizando 102 abatedouros, sendo 49 no Paraná, 36 no Rio Grande do Sul e 17 em Santa Catarina.

Entre os ovinos, a estimativa é de que o número de abates com serviço de inspeção federal corresponde a menos de 1% do efetivo do rebanho nacional, segundo dados do Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal, vinculado ao Ministério da Agricultura. Essa informalidade também tem como resultado a entrada de carne importada no País. Em 2019, foram 8 mil toneladas.

Com a demanda de consumo aquecida, os preços pagos pelo cordeiro são atrativos aos produtores. O desafio, no entanto, é coordenar esforços com as ferramentas adequadas para aprimorar a organização da cadeia. Iniciativas de comercialização que envolvem a articulação entre agentes públicos e privados têm mostrado bons resultados em alguns estados e representam uma alternativa interessante nesse processo. 🐑